

## GT41: Estudos Etnográficos sobre Cidadania

Marcus Cardoso, Luís R. Cardoso de Oliveira

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre "direitos", "cidadania", "igualdade" e "justiça". Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica tradicional. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a "cidadania" como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a "cidadania" é significada em diversos contextos etnográficos e por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre "cidadania".

### **CIDADANIA COMO ETICIDADE ENCARNADA: Etnografia da Patrulha Maria da Penha de Natal-RN**

**Autoria:** Andressa Morais-Lima

O presente trabalho toma como ponto de partida as experiências sensoriais de mulheres em situação de violência doméstica assistidas pela Patrulha Maria da Penha de Natal-RN durante a pandemia de Covid-19. Busquei inicialmente apreender os sentidos e sentimentos morais que expressam experiências de sofrimento, mas também de solidariedade e reconhecimento intersubjetivo entre mulheres assistidas pela PMP. Ao longo da pesquisa etnográfica a reflexão antropológica baseada nas histórias das mulheres em situação de violência permitiu ampliar o conhecimento acerca dos impactos e do crescimento desse tipo de violência durante o isolamento social de forma tão expressiva, como destacado em outro lugar (Morais-Lima; Moraes, 2020). Considero que além daqueles danos mais diretamente ligados à saúde física da mulher, a violência doméstica deixa marcas subjetivas negativas na autocompreensão que elas têm de si mesmas impingindo um "continuum sofrimento social" (Morais-Lima, 2020). Com efeito, os maus-tratos físicos ferem a autonomia corporal da mulher, resultando em sérios danos emocionais na autoconfiança elementar de uma pessoa (Honneth, 2003). Se soma aos danos na autoconfiança pessoal, um segundo conjunto de danos causados pelas experiências de rebaixamento expressas em termos ofensivos dirigidos contra a mulher que é vítima de violência doméstica. Esses termos que podem ser agrupados nas categorias ofensa e degradação, violam a pessoa em sua dignidade e deixam sérias lesões naquela dimensão subjetiva que constitui a sua autoestima, o que resultaria na incapacidade emocional de se referir a si mesma como alguém dotada de valor junto aos outros, comprometendo a "substância moral da pessoa digna" (Cardoso de Oliveira, 2011). Agora, orientada pela "virada afetiva" (Clough, 2007; Von der Weid, 2018), submeto a categoria cidadania a uma investida etnográfica que explora a relação intersubjetiva entre mulheres assistidas pela PMP e mulheres patrulheiras procurando evidenciar o sentido prático (corpóreo) de cidadania que emerge dessa relação. E assim exploro uma análise das moralidades compartilhadas que não se encerram na dimensão de uma "eticidade corporificada", isto é, institucional, mas conforme veremos essa experiência relacional se realiza numa

interação intersubjetiva que pode ser lida nos termos de uma "cidadania como eticidade encarnada". Nesses termos, a assistência pode ser compreendida por aquelas que vivenciam como um enraizamento carnal da cidadania.

[Trabalho completo](#)

### 33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

#### Realização:



#### Apoio:



#### Organização:

